

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta Sessão Ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Convido o Deputado João Batista para assumir a 1ª Secretaria e o Deputado Claudinei para assumir a 2ª Secretaria. (OS SRS. DEPUTADOS JOÃO BATISTA E DELEGADO CLAUDINEI ASSUMEM A 1ª E A 2ª SECRETARIA, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Peço ao Deputado Claudinei para fazer a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 4 DE MARÇO DE 2020, ÀS 8H.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (DELEGADO CLAUDINEI) – É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Delegado Claudinei pela leitura da Ata.

Após a leitura, coloco-a em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam a Ata permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada a Ata.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Peço ao Deputado João Batista para fazer a leitura do Expediente.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIOS NºS 217 E 225/2020, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE; OFÍCIOS NºS 36, 86, 87, 88 E 91/2020, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA; OFÍCIOS Nº 085 E 1092/2020, DA CASA CIVIL; OFÍCIO Nº 21/2020, DA CASA CIVIL, REFERENTE À MENSAGEM Nº 19/2020; OFÍCIO Nº 22/2020, DA CASA CIVIL, REFERENTE AO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 849/2019; MEMORANDO Nº 42/2020, DO GABINETE DO DEPUTADO VALMIR MORETTO; MEMORANDO Nº 42/2020, DO GABINETE DO DEPUTADO DR. JOÃO.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (JOÃO BATISTA) – É só o que há, senhor Presidente, nesta noite de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado João Batista.

Eu peço para o pessoal da TV para dar uma olhada, que a imagem está muito ruim aqui.

Bom, eu quero comunicar aos Deputados que nós fizemos uma agenda aqui para análise da PEC da Previdência. Então, nós estamos respeitando o Regimento, respeitando o prazo de 60 dias que diz no Regimento, que é o prazo para aprovar uma PEC; e, dentro disso, nós fizemos o calendário para 60 dias, se tudo correr bem, eu espero que sim, senão pode ser prorrogado um pouco, não teria problema. Mas eu estou fazendo um cronograma seguindo o Regimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Então fica, de acordo com o Regimento, estipulado até dia 23/03 para apresentação de emendas, tá! A partir daí, as emendas podem ser oferecidas pelas Comissões, aí pode ser inclusive na segunda fase. Só as Comissões que pode, tá! Então, bem entendido isso. E ela vai para CCJ no dia 19/03, tá! Aí a CCJ vai...

(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – 19/03, por quê? Porque o Regimento diz o seguinte: que ela tem que ficar dez Sessões à disposição dos Deputados, depois disso ela vai para a Comissão.

Então não vou encaminhar para a Comissão enquanto ela não cumprir esse prazo para emendas.

(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...não, aí ela vai para a Comissão, a Comissão tem prazo de até 10 dias para analisar, tá! Depois que ela vai para a Comissão.

(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Vou mandar para vocês, vou mandar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – A Comissão tem prazo depois que ela receber, ela pode ficar até dez, tá, analisando. A CCJ tem um prazo, de acordo com o artigo, de 10 dias, para prazo. Tá! Depois ela vai para reunião, e aí eles definem.

Se tudo correr bem dentro do que nós estamos prevendo, talvez, possivelmente, eu não sei se a conta aqui do prazo do tempo está certo; mas, se tiver todas as Sessões... Porque o que conta para PEC é o número de Sessões, se tiver todas as Sessões, provavelmente, depois do dia 31/03, ela já estaria disponível para ser votada, para ser colocado em primeira votação, tá!

Depois ela volta para a Comissão, a Comissão tem mais dez dias novamente para, a Comissão Especial, elaborar parecer. Aí ela volta para o Plenário e ficaria disponível para a votação final lá para o final de abril, lá para o dia 23, 25 mais ou menos.

(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...a eleição do Senado, está certo. Se não der, votaremos na primeira semana de maio, não tem problema, é um cronograma, nós temos que fazer, senão fica muito solta essa questão da data, e nós temos prazo, né?

Então é melhor cada Deputado estar ciente até quando ele tem que apresentar emenda e quando que vai para a Comissão Especial. Eu acho que, na Comissão Especial, inclusive, provavelmente, vai ter algumas mudanças. É possível que talvez... Seria interessante os Deputados apresentarem as sugestões na Comissão Especial, né?

O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Na Comissão Especial, só Comissão.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pois é, mas ele apresentar para apresentar junto com a Comissão, a Comissão apresentar... Ele discutir com a Comissão.

Bom, aí fica a critério de vocês, porque todos os Blocos têm representantes nas Comissões, e eu vou colocar representante de todos os Blocos na Comissão Especial; então, evidentemente, que pode ser apresentado pela Comissão. Está bom? Alguma dúvida? Alguma dúvida, Lúdio, nisso aí? Paulo Araújo? Nenhuma, né? Eu vou mandar tirar uma cópia e encaminhar para cada Deputado, está bom?

Atendendo também a solicitação do Deputado Lúdio Cabral e dos Deputados que cobraram, eu encaminhei hoje um requerimento convocando os delegados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Eu estou dizendo aqui o seguinte: “Comunico a Vossa Senhoria que foi aprovado o Requerimento nº 805/2019, de autoria do Deputado Lúdio Cabral, do Bloco Resistência Democrática, por meio da qual Vossa Senhoria é convocado, nos termos do art. 472, § 1º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, combinado com o art. 27 da Constituição do Estado, para prestar esclarecimentos sobre fatos narrados na denúncia enviada a esta Casa de Leis pelo excelentíssimo senhor prefeito Emanuel Pinheiro na reunião do Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa”.

A convocação é para o Colégio de Líderes no dia 17 de março, às 15h.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos começar o Pequeno Expediente, Deputado Wilson Santos.

Antes, Deputado, o senhor pode vir para cá, eu só quero comunicar também os senhores que hoje teve uma reunião no Palácio com o vice-presidente, presidente em exercício, general Mourão, na qual foram discutidas questões do meio ambiente, especialmente da região amazônica. Depois, se alguém quiser alguma informação sobre a reunião, eu passo para vocês, tá bom? Infelizmente...

(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...não, não foi discutido sobre ações, ele queria ouvir, Deputado Wilson, opiniões das pessoas que estão aqui, do governador, do Presidente da Assembleia, do Ministério Público.

Por sinal, eu saí de lá muito entusiasmado com o vice-presidente, ele é de uma capacidade incrível, de todos que falou, no final, ele fez uma fala e elencando a opinião dele sobre o que cada um falou. Então ele, realmente, é de uma capacidade incrível e parece que ele tem ações eficazes para o meio ambiente nosso.

Então, foi muito boa a reunião, e eu levei alguma sugestões evidentemente, a minha sugestão foi relacionada, especificamente, em relação à multa do meio ambiente, que é extremamente alta, e ele achou também, ele também entendeu... Ele disse que também já tinha observado que as multas ambientais são feitas para não serem pagas, por isso que são muito altas, aí ninguém paga. Leva 20 anos, 30 anos, prescreve e ninguém paga. Então precisa ser realmente revisto.

Mas foi uma reunião muito boa, ele mostrou que vai fazer uma ação preventiva em relação às queimadas e o combate ao desmatamento. Mas, além disso, ele tem ações para melhorias em todos os aspectos, como, por exemplo, melhorar a condição de vida dos povos da Amazônia.

Bom, depois, no Colégio de Líderes, numa oportunidade, eu posso também destacar mais sobre esse assunto.

Vamos começar o Pequeno Expediente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já falou das Seções de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ah, em relação à amanhã. Nós temos convenções municipais, opa, desculpa, as convenções para o Senado, a maioria dos partidos marcou para quinta-feira, quarta-feira à noite e quinta-feira.

Então, eu estou sugerindo, e eu quero ouvir os Deputados, para nós fazermos as três Sessões amanhã. Deputado Wilson concorda, Paulo concorda, Deputado Sebastião, Avallone, Barranco concorda. Nós faremos as Sessões amanhã.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Então, as Sessões... Vai começar de manhã e depois nós teremos as Sessões subsequentes, que serão convocadas. Por exemplo, se nós terminamos a Sessão às 11h, eu convoco outra. Se terminarmos meio-dia, nós almoçamos, e eu convoco outra Sessão. Está ok?
(O SR. PRESIDENTE É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então cancela a reunião. Sessão é mais importante, cancela a reunião, Deputado. Faz em outro horário, faz na quinta.

Bom, vou começar o Pequeno Expediente, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente José Eduardo Botelho, colegas Deputados. Desejo a todos uma excelente semana. Semana das convenções para nossa eleição suplementar para o Senado, né? Mato Grosso voltará às urnas no dia 26 de abril. Que os nossos correligionários, todos, possam se dar muito bem nessa campanha.

Senhor Presidente, quero solicitar de Vossa Excelência a audiência com o governador e com o secretário de Fazenda, Presidente? Para que a CPI que investiga as denúncias de irregularidades em renúncias e de sonegações fiscais possa ser recebida.

Vossa Excelência se comprometeu, fez uma visita à CPI semana passada, deixou todos os membros entusiasmados e o senhor ficou de fazer uma audiência com o secretário de Fazenda e com o governador. Estou lembrando Vossa Excelência para não esquecer, é importante, senhor Presidente.

Ontem, houve a invasão de uma área lá em Lacerda, senhor Presidente, chamada Caldeirão, milhares de homens invadiram essa área de novo, e o Deputado Valmir Moretto não pôde vir porque ele está lá acompanhando esse reboliço que está lá.

Mais de mil homens invadiram a área só ontem e anteontem, já no processo químico da catação... Físico, pegaram lá mais de 20 quilos de ouro. Está o Brasil inteiro se preparando para vir para Lacerda. Está uma... Então a confusão está formada, e o Deputado Moretto até agora não chegou porque acompanha, durante todo o dia, essa movimentação lá. Tá, senhor Presidente?

Então, deixo sobre a mesa projeto de lei e também outro projeto de resolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Senhor Presidente, senhores Deputados, boa noite a todos.

Estou apresentando nesta Casa uma Moção de Aplauso ao engenheiro, empresário, fundador e ex-presidente da FIEMT, meu amigo Otacílio Borges Canavarros. No ano passado, tive a honra de homenageá-lo com a Medalha do Mérito Industrial.

Desta vez, o reconhecimento se estende ao avô de Otacílio, o grande Arthur de Campos Borges, o empreendedor mato-grossense que teve uma vida muito produtiva entre o final do século 19 e o início do século 20.

Naquela época, ninguém imaginava a prosperidade que o agronegócio traria e muito menos a possibilidade de exportar nossos produtos por meio do porto de Santarém, no Pará. Mas o visionário Arthur já antecipava o futuro promissor. Seringalista, produtor rural, empreiteiro, livre-pensador, imaginou ferrovias ligando Mato Grosso a Pará.

Para mapear o trajeto, fez a primeira expedição fluvial de Rosário Oeste até Santarém, quando tinha 33 anos, em 1896. A expedição épica durou oito meses, mas o objetivo foi atingido. O trecho entre Cuiabá e Santarém foi totalmente mapeado, com as coordenadas para localização de rios, serras, picadas na mata e todas as informações geográficas.

No início do século 20, Arthur Borges importou o primeiro caminhão para o Estado por meio da Lei nº 523/1909, disponível aqui no site desta Assembleia, o coronel Pedro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Celestino Correa da Costa, vice-presidente do Estado, concedeu a Arthur Borges autorização para construir uma estrada adaptável ao tráfego de automóveis industriais, caminhões.

A futura BR ligava Várzea Grande a Rosário Oeste e seguia para o Norte em dois ramais: rumo ao Rio Juruena e ao Rio Arinos. Arthur construiu os primeiros 30 quilômetros entre Várzea Grande e Rosário Oeste, de uma extensão total prevista de mil quilômetros, historiador, Wilson Santos.

A história está neste livro que foi lançado agora e que eu demonstro aqui (O DEPUTADO MOSTRA O LIVRO), que foi lançado no sábado, *Arthur Borges*, este é o livro. Ele é uma história de amor ao Estado, ao município de Rosário Oeste, onde Arthur passou a maior parte da sua vida.

Uma vida dedicada à defesa intransigente dos direitos do cidadão e da classe produtora, que pagam seus impostos, mas não recebem a contrapartida do Estado. Crítico das mazelas da Administração Pública, Arthur de Campos Borges era um defensor intransigente de sua comunidade, reivindicando melhorias na educação, saúde, infraestrutura, pessoalmente ou por meio de cartas.

Preocupado com o futuro da Nação, Arthur elaborou o estatuto... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais dois minutos para o Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Preocupado com o futuro da Nação, Arthur elaborou o estatuto de um partido político, ético e moralizador, por meio do manifesto Alvitre à Nação: o PRN, Partido Regenerador Nacional.

No manifesto, disponível neste livro, estão também as bases filosóficas e estatutárias da agremiação, mais a recomendação sobre a atuação ética dos partidos, o PRN defendia a redução do número de legisladores, limitações no número de mandatos, afirmando ainda os deveres dos gestores e funcionários públicos. Olha só a visão.

A trajetória de Arthur de Campos Borges nos instiga a sermos protagonistas da nossa própria história em benefício da comunidade. Todos os senhores devem ter recebido, em seus gabinetes, um exemplar deste livro, cuja leitura recomendo.

No livro também, Otacílio sugere que o trecho da estrada BR-163 entre Cuiabá e Santarém se chame Arthur Borges e pede o apoio desta Assembleia. Quero lembrar que, também, no Congresso Nacional, tramita uma lei pedindo o nome de Dante de Oliveira à BR-163, como também de Jonas Pinheiro, então três nomes; e, qualquer um deles que seja escolhido, Mato Grosso estará muito bem representado na BR-163 com nomes de alta extirpe.

Então quero fazer esta homenagem ao meu amigo Otacílio Borges Canavarros e principalmente recomendar a todos a leitura deste livro, que volta a ser impresso, e que eu tenho a honra de tê-lo em minhas mãos.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo, Deputado Paulo Araújo, Paulo da Saúde.

O SR. PAULO ARAÚJO – Boa noite, nobres Deputados, em nome do nosso querido amigo botafoguense Eduardo Botelho, que nutre um amor incondicional pelo nosso querido amigo Deputado Wilson Santos, é paixão demais, quero cumprimentar aqui os servidores da Casa, toda a imprensa, a população que nos acompanha pelo plenário e principalmente pela TV Assembleia, pela Rádio Assembleia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Uso deste expediente, nobre Deputado, na sua convocação das Sessões que nós vamos antecipar na data de amanhã, confirmar mesmo assim uma programação da Comissão de Saúde logo após as Sessões convocadas por Vossa Excelência.

Nós temos um compromisso com a saúde pública no Estado de Mato Grosso, uma visita oficial da Comissão de Saúde amanhã ao Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá. O novo Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá.

Então, nós estamos cumprindo agenda... Nós vamos cumprir a agenda. Tão logo termine as três Sessões de amanhã, Deputado Fávero, nós estaremos visitando o novo Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá.

Senhor Presidente, inclusive convido Vossa Excelência e o ex-prefeito aqui de Cuiabá, Deputado Wilson Santos, para que possam... Deputado, não sei se Vossa Excelência conhece a nova estrutura do Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá, convidando aqui todos os Deputados, mas especialmente aqueles Deputados que já comandaram aqui o município, Vossa Excelência comandou o município por dois mandatos, para que possa efetivamente percorrer todos os setores lá daquele Pronto-Socorro.

E sabermos exatamente, Xuxu, como é que estão os atendimentos naquela unidade hospitalar, que é referência para o Estado de Mato Grosso; se todos os leitos de UTI estão funcionando; se os centros cirúrgicos estão funcionando; se os leitos de enfermaria estão funcionando; se os serviços de imagem estão funcionando, até para que possamos nos posicionar em relação à discussão em torno da saúde pública.

Então confirmo aqui a visita da Comissão, Presidente Eduardo. E seria muito importante o senhor, como Presidente aqui da Assembleia, logo após as três Sessões, também estar conosco lá para conhecer o novo Pronto-Socorro de Cuiabá.

Antecipei... Fiz um pedido de antecipação de informações ao secretário municipal de Saúde, quanto custa a unidade hospitalar? Qual a taxa de ocupação? Quantos pacientes estão sendo atendidos do interior do Estado de Mato Grosso? De qual região mais pacientes estão vindo para serem atendidos naquela unidade hospitalar.

Por isso, é importante a participação do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, sendo representado por cada um dos Deputados.

Obrigado, Presidente Eduardo Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo, Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Senhor Presidente, sociedade presente, vereadores presentes, que nos acompanham, colegas Deputados.

Algumas indicações, senhor Presidente, e deixar também um projeto de lei. Nós perdemos uma batalha contra a violência doméstica no nosso projeto de lei que foi aprovado por esta Casa, mas que, infelizmente, foi vetado, do botão do pânico.

E agora apresentamos, então, outro projeto, que institui diretrizes para desenvolvimento, implantação e uso do aplicativo SOS Mulher, a ser utilizado por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Quem sabe agora conseguimos aprovar, e o governador não vete este projeto.

E também deixo aqui um requerimento ao senhor governador do Estado e ao secretário de Planejamento sobre a Revisão Geral Anual - RGA dos servidores públicos do Poder Executivo de Mato Grosso.

Temos cinco itens para serem respondidos pelo governador e secretário de Planejamento. 1. Existe alguma parcela do RGA pendente de pagamento prevista na Lei nº 10.572/2017? 2. Em caso positivo, qual a parcela em atraso? Desde quando deveria estar sendo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

paga? Qual a previsão de pagamento? 3. Quando o Governo do Estado irá proceder com o pagamento do RGA ano 2019, referente a 2018, no índice de 3,43%? Quais as razões justificaram o Governo do Estado não propor a revisão? 4. Quando o Governo do Estado irá proceder com o pagamento do RGA ano 2020? No caso aqui, maio 2020, referente a 2019, que foi a reposição de 4,48%? 5. O pagamento do RGA nos anos 2019 e 2020 será realizado de forma parcelada?

Então nós tivemos 2017, Governo já não pagou, ficou devendo dois e pouco por cento. Uma diferença de mais de 2% em 2018. Em 2018, que teria que ser pago em 2019, 3,43%; 2019 para ser pago agora em 2020, 4,48%.

Então nós estamos pedindo ao governador, com este aumento na arrecadação do Estado, principalmente com aumento do ICMS arrecadado pelo Estado, que coloque em dia ou dê uma previsão de quando será colocado em dia o RGA dos servidores públicos do Executivo.

Observando... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Obrigado, Presidente.

Observando exemplos que o RGA tanto do Poder Judiciário como do Ministério Público estão em dia, todos esses anos que citei e agora, 2020, já foram regularizados. Do Poder Legislativo, aqui da Assembleia, desde 2017 que não tem a reposição, mas conversei com o Presidente Botelho e ele informou os motivos, inclusive esperando que seja colocado em dia pelo Poder Executivo para estar pagando servidores do Legislativo.

Então eu quero deixar esse requerimento e meu protesto. Já vou deixar até meu voto aqui negativo. Enquanto o Governo Estadual, Poder Executivo, não regularizar o RGA dos servidores do Executivo, eu vou votar contra todos os projetos, mensagens, propostas de aumento de RGA de outros Poderes e instituições aqui do Estado de Mato Grosso.

Então já deixo meu voto, adiantando que não votarei.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo, Deputado artilheiro Silvio Fávero. Artilheiro passou, artilheiro não vai fazer gol hoje. Deputado Elizeu Nascimento (TRANSFERE), Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Senhor Presidente, nobres colegas, quero aqui apresentar um requerimento à AGER - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e Delegados de Mato Grosso, por uma situação que foi veiculada na imprensa aqui do Estado e que envolveu um casal de amigos, que é a Rute e o Paulo Nava.

Paulo Nava, servidor de carreira do INCRA, que passa por problemas de saúde, e que me chamou muita atenção, inclusive falei com eles, porque deve estar sendo corriqueiro aqui na rodoviária, no Terminal Rodoviário de Cuiabá, onde cobra-se as taxas de embarque e não se oferece os serviços para população, como carrinho para transporte das malas, bagagens e outros serviços que são obrigatórios. Portanto, estou aqui apresentando este requerimento para cobrar informações sobre o que a AGER tem feito para punir esse tipo de irregularidade.

Também aqui uma indicação a Secretaria de Estado de Infraestrutura e também à Casa Civil para que se proceda... Eu já cobrei isso por meio de indicação no ano passado, na MT-208 o Governo do Estado tem feito obras, já de convênios antigos, que estão em execução, para construção de pontes de concreto, a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto, essas pontes já estão lá há um bom tempo e não foram encabeçadas, não tem as cabeceiras das pontes.

Portanto, temos a ponte de concreto, em que se gastou um absurdo e ainda não se utilizam essas pontes e estão utilizando pontes de madeira em precárias condições. Como as chuvas têm sido torrenciais na região Norte, nós estamos ficando ilhados na região Norte por conta de não termos disponíveis essas pontes de concreto para o trânsito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

E ali, em Nova Monte Verde, estou trazendo especificamente esse caso da ponte torta que fica logo após o trevo de Apiacás, indo em direção a Nova Monte Verde, já bem próximo a Nova Monte Verde, é uma ponte que já está pronta há um bom tempo, e o Governo não conclui a obra para que ela possa ser utilizada. Isso ilhou as comunidades, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Cotriguaçu, todos que dependem da MT-208.

Por isso, nós estamos cobrando, mais uma vez, aqui do governador que ele tome as providências para que essa obra possa executar. Não dá para admitir que nós tenhamos gasto tanto dinheiro e ainda a população fique isolada.

Mais um minuto, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. VALDIR BARRANCO – Então fica aqui o meu desabafo, governador, em nome de toda a população do Norte do Estado, principalmente dos municípios que dependem da MT-208, para que todas essas pontes possam ser terminadas e, de modo específico, essa ponte torta que liga Nova Monte Verde a Alta Floresta.

E também aqui uma indicação para a Claro, TIM, Oi e Vivo, para que possam instalar a torre para sinal de internet, telefonia móvel ali no Assentamento Furnas, no município de Alto Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo, Deputado Faissal.

O SR. FAISSAL – Boa noite a todos, senhor Presidente, nobres Pares, funcionários desta Casa e a todos que nos acompanham da plateia, Renatão, Chicão, Beбето, Domingo Sávio, Edna, todos vindos de Barra do Garças. Sejam bem-vindos.

Senhor Presidente, eu estou apresentando um projeto de lei para alterar uma lei de autoria do finado Deputado Walter Rabello, que disciplina a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol aqui do nosso Estado.

Enquanto vereador de Cuiabá, no ano de 2014, nós autorizamos que a FIFA, que é a parte mais rica do futebol, que é a prima rica do futebol, comercializasse bebida alcoólica durante a Copa do Mundo. Infelizmente, o Ministério Público em cima, o juizado em cima, não permitiram que a Federação Mato-Grossense de Futebol comercializasse.

E eu sempre digo aqui, quando eu faço uso da palavra, onde há a mesma razão, aplica-se o mesmo direito. Não há motivo para proibir a Federação de comercializar bebidas alcoólicas e permitir que a FIFA, que é o primo rico do futebol, comercializasse.

Pensando nisso, nós ingressamos com o projeto de lei aqui no município de Cuiabá, esse projeto foi aprovado, foi sancionado no ano de 2015 e foi questionado na Justiça, e o Ministério Público conseguiu derrubar essa lei aqui no nosso Tribunal de Justiça.

Essa semana, eu tive uma grata notícia vinda do STF. O STF declarou a lei do nosso companheiro Walter Rabello como legal. Sim, legal. E liberou a venda de bebidas alcoólicas. E as pessoas vão falar: “Opa, mas não combina futebol com bebida alcoólica”. Espera aí, mas você não vai ao estádio para praticar esporte e beber, você vai ao estádio para assistir.

É como se fosse um espetáculo normal, um espetáculo como outro qualquer, como assistir o show do Roberto Carlos, do Gustavo Lima, como se você fosse à formatura dos seus filhos, e lá estivesse vendendo bebida alcoólica, é a mesma coisa, é a mesma coisa. Então, palmas para o STF, palmas para o STF.

E a primeira coisa que o presidente da Federação Mato-Grossense de Futebol fez, foi me ligar e me fez um pedido: “Ô, Deputado, o único problema que consta aqui na lei do Deputado Walter Rabello é que ele limita o tempo da venda até o intervalo”. Não há por que limitar até o intervalo. Então, o que nós estamos fazendo, Deputado Dilmar, é modificar esse artigo para liberar durante todo o jogo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

E gostaria de... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. FAISSAL – Então, senhor Presidente, este projeto é legal, é constitucional, e o que nós estamos fazendo aqui é, simplesmente, liberar durante todo o tempo do jogo, com as mesmas regras: proibido vender para menores de 18 anos e a venda tem que ser com copo descartável, para evitar o lance de as pessoas atirarem as latinhas no meio do campo.

Então, é segura, é legal, é constitucional, é moral, certo? E eu espero contar com o apoio de todos vocês.

Muito obrigado e tenham todos uma boa noite.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Cumprimentar, aqui, os vereadores de Apiacás José Eder da Luz, Pedro Rocha e Leilson Feitosa, que estão nos visitando. Obrigado pela visita ao Parlamento Estadual.

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Obrigado, Presidente, senhores Deputados. Também, da mesma maneira, cumprimentar os brilhantes vereadores aqui do município de Apiacás, que estão nos visitando.

Senhor Presidente, dois assuntos aqui. Eu vou começar pelo último, que o Deputado Faissal lembrou muito bem aqui, quando nós elaboramos... Ainda, o presidente da Federação Mato-Grossense de Futebol procurou a Assembleia Legislativa. Já o Deputado, ex-Deputado, falecido Deputado, saudoso Deputado Walter Rabello... Nós fizemos o substitutivo valorizando a iniciativa do Deputado Walter Rabello a esse projeto.

E eu fui uma das pessoas que... Eu fiz, inclusive, o substitutivo para aprovar esse projeto liberando a bebida alcoólica nos estádios. Eu acho que motiva realmente as pessoas a irem, e até... Não me lembro desta redação, de que ficou só até o intervalo.

Até teve uma juíza que veio aqui debater muito contra esse projeto. Nós conseguimos aprovar, e quero dar os parabéns à Assembleia Legislativa, aos procuradores da Casa, pela defesa no Supremo Tribunal Federal, que valorizou o projeto e a iniciativa do ex-Deputado Walter Rabello.

Mas queria, aqui, referendar, a este brilhante Deputado, amigo, Valdir Barranco, que trouxe uma situação aqui, e também fui cobrado, Deputado, como Vossa Excelência é daquela região, eu sou ali de Sinop, mas também atuo lá, com todos os vereadores de Apiacás, recebi cobrança do Rogério, que gosta muito de Vossa Excelência, lá do município de Bandeirantes, que deve ter o apoio de Vossa Excelência e meu apoio lá para uma possível pré-candidatura a prefeito do município. E, no domingo, já comuniquei o secretário, comuniquei o vice-governador Otaviano Pivetta, e hoje já está lá sendo executado o aterro da ponte de concreto, que tem aquele acesso e dá condição realmente da MT-208.

Então, quero dar os parabéns a Vossa Excelência, que as pessoas daquela região têm um grande representante e cobram de Vossa Excelência, e o Governo do Estado também já pediu à empreiteira que fosse fazer. Estava esperando o momento de chuva, nós estamos com a intensidade de chuva no interior do Estado de Mato Grosso, principalmente naquela região de extremo Norte, do Noroeste do Estado, mas nós estamos tomando providência para fazer o aterro daquela ponte de concreto.

Então, hoje, começou a obra, e o senhor, Vossa Excelência, pode com toda certeza... A gente comunicar a hora que estiver pronto lá, para dar acesso a todos os moradores, principalmente lá de Bandeirantes, Nova Monte Verde, o acesso a Apiacás, que também são municípios circunvizinhos.

Então, só isso que eu queria comunicar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Senhor Presidente, Deputado Eduardo Botelho, senhores Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, pela Rádio Assembleia.

Quero também dar aqui as boas-vindas aos senhores vereadores. Depois das lideranças comunitárias e religiosas, que têm um contato mais próximo com o cidadão, lá na ponta, são os vereadores aqueles que estão mais ligados com o cidadão, buscando suas demandas, suas indicações até para trazer aqui para o Parlamento. Então, o nosso respeito e sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, os senhores vereadores.

Senhor Presidente, eu apresento aqui, esta noite, duas emendas ao Projeto de Lei nº 26/2020, que é o projeto que dispõe sobre a Gestão Patrimonial da Administração Pública do Estado de Mato Grosso. Nós estamos colocando, aqui, no art. 4º, que os recursos advindos da autorização, permissão, concessão de uso e concessão de direito real de uso de bens públicos serão revertidos ao MTPREV, com o objetivo exclusivo da cobertura do déficit do sistema previdenciário estadual, e à conta especial vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

É evitar que o Estado continue se desfazendo dos bens, dos imóveis, e ser inutilizado... Mandado o recurso para a Fonte 100, quando, na verdade, deveria estar revendo o passivo que tem com o servidor público do Estado de Mato Grosso.

Ainda, também, outra emenda, que é no art. 3º, “os recursos oriundos da venda de bens públicos e imóveis deverão ser destinados para despesas de capital do Poder Executivo e ao Mato Grosso Previdência, com objetivo exclusivo da cobertura do déficit do sistema previdenciário”.

Então, é a nossa contribuição, e vamos trabalhar, Deputado Lúdio, para ver se essas emendas passam, porque para o servidor está difícil conseguirmos emplacar, tanto no Governo, como aqui na Casa.

Ainda, uma Moção de Aplauso, aqui, à professora Rhavena Graziela Liotti, pela descoberta de um microrganismo do guaranazeiro que pode ser utilizado no controle biológico de doenças na produção de pimentas... Na produção de pimentões, e substituir o uso de defensivos agrícolas. Está amplamente sendo divulgado na mídia.

É um trabalho científico de uma pesquisadora do Estado de Mato Grosso, acho que vai dar um bom tema aqui para o Deputado Lúdio e o Deputado Xuxu, que são os dois mais ligados a esse tema. Dois, aliás, antagonicos aqui nesta Casa, Lúdio. Diminuir o agrotóxico utilizando o produto descoberto pela professora Rhavena Graziela. Então, uma Moção de Aplauso a essa pesquisadora.

Ainda há o requerimento aqui ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, requerendo quais regimes remuneratórios, vencimentos e vantagens individuais e/ou institucionais dos conselheiros auditores, conselheiros substitutos e procuradores de contas previstas no Estatuto da Magistratura e do Ministério Público nas legislações ordinárias do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Precisamos ter mais informações para não levarmos lapada, como a que levamos na semana passada, na votação desse projeto aí... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o Deputado.

O SR. JOÃO BATISTA – Ainda, requerimento ao secretário Alexandre Bustamante, requerendo a relação dos membros do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário, eles tratam dos valores depositados nos últimos 12 meses, bem como as ações desenvolvidas pelo fundo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Eu acho que o Deputado Eduardo Botelho, inclusive, tem interesse, até porque a Assembleia Legislativa auxiliou na composição desse fundo, e ações previstas com recursos do Fundo Penitenciário, com cópias do plano de aplicação.

Ainda, requerimento ao secretário Alexandre Bustamante, com relação... Quero a relação das diárias concedidas a todos os servidores da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária nos anos de 2016 até 2019. Nós precisamos saber quanto que está se gastando com diárias.

E, ainda, requerimento de informação ao secretário-chefe da Casa Civil, com relação aos JETONs pagos de janeiro de 2019 até o presente momento à membro de conselho do Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado João Batista. É, vamos... Deputado Xuxu.

O SR. XUXU DAL MOLIN – Boa noite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Depois nós vamos entrar para a Ordem do Dia, tá! Acabou o tempo. Pode falar.

O SR. XUXU DAL MOLIN – Boa noite, Presidente Botelho, a todos os colegas, aos vereadores de Apiacás, sejam bem-vindos à nossa Casa, aos cidadãos e à nossa população que nos assiste e nos ouve pela TV e pela Rádio Assembleia.

Estamos indicando ao Governo do Estado, bem como ao excelentíssimo Gilberto Figueiredo, secretário de Saúde, a pedido do nosso colega vereador de Sorriso Damiani da TV, um médico especialista em gastroenterologia para atuar no Hospital Regional de Sorriso, que já está sendo ampliado e reformado graças ao trabalho do Estado, SES, desta Casa aqui, união dos vereadores de toda a região Médio-Norte, toda a comunidade e prefeitos. Então, é algo muito importante, vai ajudar muito essa especialidade lá no Hospital Regional.

Também estamos indicando uma unidade de SAMU para o município de Santo Antônio de Leverger.

Presidente, eu também estou encaminhando uma Moção de Pesar a toda família da Salvina Vidal, uma senhora de 74 anos que foi violentamente estuprada e assassinada neste domingo, em Lucas do Rio Verde.

É a nossa violência que infelizmente... Eu não sei qual castigo que um vagabundo desses pode ter. Eu já tive um tio meu morto em um sequestro. Então, eu só fico com pena, que o filho dela é um sargento da polícia daquele município. Então, é lamentável, uma senhora de 74 anos foi violentamente estuprada e assassinada.

Isso numa cidade com desenvolvimento igual Lucas do Rio Verde, imagine o que nós temos. Sabemos que a polícia está trabalhando; e, às vezes, bate na porta, inclusive, dos nossos valorosos policiais.

Presidente, nós estivemos em audiência hoje com o nosso presidente em exercício, general Mourão, em que nós levamos um pedido, Botelho, daquilo que esta Casa pode auxiliar, que é o uso do BTI no controle da dengue.

É um produto que a EMBRAPA desenvolveu, e a AMPA e o IMA estão prontos para produzir por meio das suas indústrias biológicas, vereadores. Nós temos a solução da dengue há anos neste País, e a ANVISA está lá enrolando para liberar. Então, nós temos, é um produto biológico, nós podemos botar toda a família, crianças, idosos, todos viram agentes de endemia, e eu acredito, Botelho, nesse projeto e que esta Casa vai apoiar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Também falamos, Botelho, só um minuto para finalizar, sobre a retomada das obras da BR-163 imediatamente, Wilson, mobilizando as forças armadas, o 8º BEC, o 9º BEC, com mão de obra... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o Deputado.

O SR. XUXU DAL MOLIN – ...por meio dos setores econômicos, transporte, Governo do Estado. São quase 600 pessoas que já faleceram, só em acidentes, depois que a concessão entrou, tudo vítima de corrupção e vagabundagem que andava neste País.

Então, nós pedimos encarecidamente, já falamos com o presidente Bolsonaro, com o vice, com os generais, com o ministro por duas vezes. Esta Casa quer, um pedido unânime, de todos os Deputados, de Cuiabá a Sinop, tem que retomar a duplicação urgentemente. Todos os dias, praticamente, há acidentes nessa rodovia e alguns são fatais.

Então, vamos continuar unidos aqui na Assembleia em busca da duplicação, junto com a nossa Bancada Federal e o Governo. Eu acredito neste governo. Parabéns a todos pelo trabalho, uma ótima Sessão, sucesso. Que a gente... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Pela Ordem, apenas para solicitar a Vossa Excelência, Deputado Botelho, que preside a Sessão, nós já falamos numa outra Sessão aqui, e agora nós, novamente, recebemos um apelo da comunidade que está... Da população ali de Aripuanã, de Colniza, de Juruena, de Cotriguaçu, Deputado Wilson Santos, que depende de trafegabilidade. Infelizmente, a BR-174 está intransitável, e as pessoas não têm a quem recorrer se não for à classe política.

Porque é importante, é imprescindível que o Ministério de Infraestrutura olhe para Mato Grosso, especialmente para a BR-174, de forma diferenciada. Nós temos uma população que está lá isolada, praticamente sem condição de escoar, de pelo menos chegar até seu destino, ou vir até a Capital, porque não tem estrada praticamente, os caminhões ficam atolados, não tem como chegar alimentação para esta população que está lá, carente.

Então, fica, mais uma vez aí, Deputado Botelho, Vossa Excelência que é o nosso Presidente aqui, nós já solicitamos à Mesa Diretora, para que faça essa solicitação, Deputado Wilson, e todos nós, os 24 Deputados Estaduais, assinando essa reivindicação, essa solicitação de forma urgente para que o Ministério de Infraestrutura determine uma operação rápida, urgente, para dar trafegabilidade à BR-174.

Fica aí o nosso pedido, a nossa solicitação e a solicitação da região Noroeste do Estado, para que esse trabalho seja feito. E a Assembleia Legislativa abraçando essa solicitação. Então, peço a Vossa Excelência, Deputado Botelho, que determine à nossa assessoria da Mesa, assessoria jurídica da Mesa para fazer esse trabalho, formular essa solicitação, e que nós assinemos e Vossa Excelência envie ao Ministério de Infraestrutura com celeridade, porque nós estamos com milhares de mato-grossenses praticamente ilhados, isolados e dependentes de uma ação efetiva por parte do Governo Federal com relação à recuperação da BR-174.

Muito obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos, Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Agora é Questão de Ordem. Tem o PL nº 116/2020 em tramitação, peço inversão de pauta, Presidente. É um projeto de lei da Mesa Diretora, PL nº 116/2020. E antecipando, Presidente, que eu vou pedir vista, nobre Presidente. Só uma Questão de Ordem aqui, PL nº 116/2020, Zé domingos? Eu estou pedindo Questão de Ordem para pedir

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

inversão de pauta. Não vai ter? Mas eu quero vista dele, já estou, antecipadamente, pedindo vista do Projeto de Lei nº 116/2020.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Paulo Araújo, estão informando que esse projeto está com vista para Lúdio e Xuxu.

Deputado Gimenez, um minuto; Deputado Gimenez, três minutos.

O SR. DR. GIMENEZ – Senhor Presidente, muito boa noite; nobres colegas, muito boa noite; aqueles que nos assistem na galeria, muito boa noite; muito boa noite ao meu assessor parlamentar, da região de São José dos Quatro Marcos, Reinaldo Ferreira Binha.

A proposição apresentada na Sessão de hoje, dia 10 de março de 2020, terça-feira, é uma Moção de Pesar. É uma moção de pesar aos familiares e amigos do padre Anselmo Mandrile, pelo seu falecimento ocorrido no dia 10 de março de 2020.

Em um mundo em que a solidariedade virou exceção, algumas pessoas têm se destacado por viver o que o evangelho propõe: o amor incondicional. Assim será lembrado o padre Anselmo Mandrile na Paróquia de São Paulo, de Mirassol d'Oeste. Lamentamos muito por sua morte, que aconteceu nesta terça-feira.

Seu exemplo lhe rendeu, no ano de 2018, o Prêmio Cândido Rondon, criado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, por seus feitos em prol de centenas de idosos, a quem acolheu quando esteve à frente dos trabalhos da construção de casas e encaminhamentos de aposentadoria.

As relevantes ações foram, principalmente, junto aos trabalhadores rurais, que recorriam a ele quando já não tinham mais esperanças de algum tipo de assistência. Em sua humildade, padre Anselmo dizia que a comunidade cristã era sua família e era feliz por lutar para que as pessoas tivessem mais dignidade.

Outra obra conhecida foi o grupo Tabita, que existe há sete anos, acolhendo e alimentando moradores de ruas, mulheres, crianças e pessoas idosas, esta ação acontece todos os sábados na comunidade de São José Operário, em Mirassol d'Oeste.

O padre Anselmo Mandrile, aos 80 anos, era um trabalhador incansável e vai nos deixar saudade.

Então, a Moção de Pesar não é somente aos familiares e amigos do padre Anselmo, mas também a toda cidade de Mirassol d'Oeste, que certamente pesa, nesta noite de hoje, pelo falecimento do padre Anselmo Mandrile.

Obrigado, senhor Presidente.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sslSessaoPlenaria=&sessaoPlenaria=7767&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=>)

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não temos número suficiente para votar. Eu vou votar só as Moções de Aplauso, tudo bem? Só as Moções.

Moção de Aplauso apresentada pelo Deputado João Batista; Moção de Aplauso apresentada pelo Deputado Carlos Avallone em conjunto com o Deputado Wilson Santos, para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

destacar a importância do empresário-fundador Otacílio Borges Canavarros, fundador da Fiemt; Moção de Aplauso apresentada pelo Deputado Eduardo Botelho e Moção de Aplauso apresentado... Não, encerrou Moção de aplauso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, apresentada pelo Deputado Xuxu Dal Molin, pelo falecimento da senhora Salvina Vidal; Moção de Pesar, apresentada pelo Deputado Dr. Gimenez, pelo falecimento do padre Anselmo Mandrile.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não havendo mais nada, eu passo para Explicações Pessoais.

Para usar a tribuna, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Senhor Presidente, a imprensa acaba de noticiar que o ministro Gilmar Mendes, sabiamente, arquivou a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Sociedade Rural Brasileira, que propunha o fim do FETHAB.

A Sociedade Rural Brasileira, na verdade, foi usada por alguns produtores rurais de Mato Grosso que não tiveram a coragem de assumir e colocar as suas impressões digitais nessa absurda ADIn, já que o segmento não paga absolutamente nada de impostos quando a produção agrícola vai à exportação.

Já não paga ICMS, não paga absolutamente nenhum tributo para exportação de commodities, e ainda tiveram o cinismo de articular com a Sociedade Rural Brasileira para que esta entidade, com sede em São Paulo, pudesse mover uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a lei estadual de 2000, criada pelo grande governador Dante Martins de Oliveira, que criou o FETHAB.

Mas, de maneira madura, responsável, o ministro mato-grossense Gilmar Ferreira Mendes não ousou em meter a caneta e manda para a lata do lixo essa ação direta, que tiraria de Mato Grosso 2 bilhões de reais por ano. Dois bilhões de reais por ano, que é a arrecadação do FETHAB em 2019, isso foi aproximadamente. Em 2018, foi 1 bilhão e 508 milhões, essa grana toda dividida com os 141 municípios.

É um dinheiro que ajuda muito os municípios mato-grossenses, e, simplesmente, alguns produtores rurais de Mato Grosso, já endinheirados demais, ainda querem anular a lei estadual de 2000, que criou o Fundo Estadual para Transporte e Habitação em Mato Grosso.

Então, essa é a boa notícia, notícia muito esperada por Mato Grosso. Não perderemos essa receita, receita muito importante. E fica aí uma lição aos produtores, sejam bem-vindos ao Estado, vocês são importantes, Mato Grosso tem muita gratidão ao agronegócio, mas é preciso pagar impostos, como qualquer cidadão.

Como o gari quando vai ao mercado comprar um quilo de pão, ele paga os impostos. Quando o motorista do aplicativo do Uber, do 99 abastece, ele paga ali quase 50% de impostos. Quando a dona de casa vai à feirinha, à mercearia, tudo que ela compra, paga impostos. Agora, há segmento aqui que não quer pagar impostos, é brincadeira, é brincadeira.

Então, Deputado e Presidente José Botelho, parabéns ao nosso ministro, merece os nossos aplausos o ministro Gilmar Mendes, e nós não tínhamos outra coisa a esperar de Gilmar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Sem dúvida, ele agiu como magistrado e enterrou a Ação Direta de Inconstitucionalidade de alguns produtores rurais de Mato Grosso.

Outra notícia, senhor Presidente, teremos eleições para o Senado no dia 26 de abril. A ministra Rosa Weber, ontem, arquivou o pedido do senhor governador Mauro Mendes Ferreira, que solicitava a transferência das eleições suplementares para o Senado para a data de 4 de outubro de 2020, para que coincidissem essa data com as eleições dos 141 municípios. Também, ontem, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em decisão monocrática, mandou arquivar, está encerrada essa polêmica, teremos eleições dia 26.

E, na semana passada, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, senador pelo estado do Amapá, determinou um advogado dativo para fazer a defesa da senadora Selma Arruda. A senadora vinha postergando, usando de todos os recursos necessários para continuar no cargo. E, na semana passada, o presidente Davi Alcolumbre, numa decisão monocrática também, como ela não apresentava defesa, não apresentava defesa, não apresentava defesa, determinou a um servidor da Casa que funcione como seu advogado dativo, e deu o prazo mínimo.

Esta semana, esse advogado deve apresentar defesa, então, da senadora Selma Arruda, para que possa encerrar esse ciclo, ser publicada a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Diga-se de passagem, o Senado não tem poder nenhum para reverter essa decisão. Essa decisão... Quem analisa o mérito é o Tribunal Superior Eleitoral.

O TRE já analisou aqui, foi 7 a 0, subiu para TSE, 6 a 1. Essa matéria foi votada nas duas cortes, não cabe mais recurso. O que o TSE encaminhou ao Senado é a comunicação ao Senado para que faça o ato, o ato final, que é um ato administrativo, não passa sequer por votação do plenário do Senado. Apenas a Mesa Diretora vai acatar a decisão da Justiça Eleitoral do País. É por meio de um ato normativo publicado no Diário Oficial do Senado.

Então, amanhã, hoje, e depois de amanhã, todos os partidos envolvidos nessa eleição realizarão as suas convenções. O meu partido vai realizar a convenção na quinta-feira à noite, na cidade de Sinop.

Nós estaremos lançando o ex-prefeito de Sinop por dois mandatos, estaremos lançando o ex-deputado federal, foi líder da minoria na Câmara, líder do PSDB na Câmara, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o ex-deputado Nilson Leitão será homologado quinta-feira à noite na Câmara Municipal de Sinop, parlamento onde ele começou sua vida pública, ainda na década de 1990, na condição de vereador, pela belíssima e virtuosa Sinop.

Então, quinta-feira, à noite, o PSDB e os aliados farão a convenção, em Sinop, para o lançamento da candidatura do ex-Deputado Estadual, também, Nilson Leitão ao Senado da República.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, não havendo mais... Ah, Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Senhor Presidente, só quero destacar, eu apresentei esse projeto de lei hoje para que o Governo Estadual desenvolva e implante o uso do aplicativo SOS Mulher no Estado de Mato Grosso, já que hoje temos o botão do pânico apenas na capital, em Cuiabá.

Então, os outros municípios, 140 municípios, as mulheres vítimas de violência acabam sofrendo, não tendo chance de se defender. Muitas vezes, aquele agressor volta, ameaça e agride aquela vítima, que já foi anteriormente violentada, agredida, maltratada, então acaba até praticando feminicídio esse agressor.

É uma ferramenta importante, e eu quero reforçar o convite para todas as mulheres, colegas Deputados, que no dia 12, agora, quinta-feira, às 14h, teremos aqui uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Audiência Pública para tratar desse assunto do botão do pânico e verificar as parcerias que poderão ser feitas entre o Governo Estadual, o Poder Judiciário, o Ministério Público e outras entidades e instituições que possam estar ajudando. Ainda falta confirmarmos a presença da ministra Damares, ela está com outros compromissos; mas, provavelmente, também estará presente nessa Audiência Pública.

E também falando sobre este assunto de botão do pânico e violência doméstica, quero parabenizar e agradecer a colunista Sirlei Theis, que, ontem, no site RDNEWS, publicou uma matéria falando da importância do botão do pânico, citando o caso de uma vítima do Rio de Janeiro, que sofria violência e foi salva com o uso do botão do pânico.

Então, obrigado, Sirlei, que é advogada, tem especialização em gestão pública e fez essa importante observação na sua coluna, que ela publica, toda segunda-feira, no site RDNEWS. Obrigado pela observação.

Também quero destacar, no próximo domingo, dia 15, estão sendo organizados movimentos de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro no Brasil todo, em Mato Grosso. Então, teremos aí esse movimento de apoio ao Governo Federal, à equipe de ministros do presidente Bolsonaro, aqui em Cuiabá, às 15h, saindo da Praça das Bandeiras, ali no CPA.

Lá em Pedra Preta, às 17h, na Praça Central. Quero até mandar um abraço para meu amigo investigador da Polícia Civil Wender, que está ajudando na organização do movimento. E eu estarei lá, em Rondonópolis, às 15h, também, em frente ao Rondon Plaza Shopping, onde terá o movimento de apoio ao Governo Federal.

E acredito que no Brasil todo será um grande movimento de apoio da maioria dos brasileiros que confiam, acreditam no governo do presidente Bolsonaro. Então, estaremos juntos lá, no domingo, dia 15, a partir das 15h, lá em Rondonópolis, em frente ao shopping da cidade. E é isso.

E continuamos aí, acompanhando os trabalhos; cobrando, quando precisa, o Governo Estadual. E, na semana passada, cobramos lá a providência... A população cobrou providências lá do anel viário. Verificando e restaurando já os buracos naquela obra recém-inaugurada no anel viário, lá em Rondonópolis.

E ontem e hoje, já temos movimentação da empresa concessionária, arrumando os buracos dessa obra, nesse importante trabalho. Então, fica aí o agradecimento, se chegou a tempo, à Secretaria de Infraestrutura, que deve ter cobrado da empresa concessionária, que recebeu mais de 7 milhões, ou está recebendo mais de 7 milhões por essa obra do anel viário lá em Rondonópolis, e já começaram os trabalhos de restauração, de reparação dos buracos nessa obra.

Então, é isso aí, a população teve um trabalho importante, também, nessa cobrança da classe política.

Valeu, obrigado.

(O SR. JOÃO BATISTA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) – Obrigado, Deputado Claudinei.

Solicito ao Deputado doutor Claudinei que assuma a Presidência da Mesa para que o Deputado João Batista possa fazer uso da fala.

O SR. JOÃO BATISTA – Senhor Presidente Deputado doutor Claudinei, senhoras e senhores que nos assistem nesta noite.

Na verdade, faço uso das Explicações Pessoais para falar um pouco do Projeto de Lei nº 15/2020, que foi sancionado pelo Governo do Estado na última semana, criando verba indenizatória para o Tribunal de Contas, além das secretarias de Estado, adjuntas, Poder Executivo.

Primeiro, senhor Presidente, eu queria dizer que já falei por diversas vezes aqui, desta tribuna, que eu acho coerente que um secretário de Estado, que administra um orçamento de aproximadamente 3 bilhões, como é o caso da segurança pública; o secretário adjunto, como é o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

caso da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária, que acaba tendo que se impor contra facções criminosas, que tem que administrar órgãos, como é o sistema penitenciário, como a Polícia Civil; como as secretarias adjuntas de Saúde, de infraestrutura... Eu também concordo que não adianta vir aqui e ser demagogo de fazer discurso, de que está muito bom salário de 15 mil e que não mereceria melhorar essa estrutura salarial deles, eu já falei em outras oportunidades.

No entanto, nós estamos, aqui, numa situação antagônica. Por um lado, o Governo do Estado suspende o direito do servidor público da Recomposição Geral Anual com base na falta de equilíbrio fiscal no Estado de Mato Grosso. Deixa de pagar RGA desse servidor, diga-se de passagem, recurso que, geralmente, é injetado na economia do Estado de Mato Grosso, e agora apresenta uma emenda a esse projeto que concedia verba indenizatória aos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas para ceder também, abrir a verba indenizatória para secretários e secretários adjuntos do Poder Executivo.

Então, nós entramos com uma ação... Já ingressamos com uma ação na Justiça para que sejam suspensos os efeitos dessa lei. Acho que, enquanto o Governo do Estado não apresentar para a sociedade que, realmente, está em equilíbrio fiscal, tanto qual... Ele vem a público e diz que vai pagar aquilo que é de direito do servidor, que vai conceder a recomposição... Nós vamos continuar votando e batendo contra o Governo aqui nesta Casa para que também não haja recomposição para outras categorias, para outros Poderes, não acho justo.

Eu já ouvi, inclusive, presidente de Poderes aqui falando que não... Vai conceder o RGA para os servidores daquele Poder, porque fez o dever de casa. Fica fácil fazer o dever de casa, Deputado doutor Claudinei... Eu sou Presidente da CPI da Previdência, e lá nós já constatamos que no passado, os Poderes não entraram com a contrapartida da Previdência, ou seja, o servidor daquele Poder contribuía com o percentual, enquanto que a cota patronal não era depositada.

Aí fica fácil falar que fez o dever de casa. Fica fácil falar que fez o dever de casa quando você tem um Poder que tem fundos, que arrecada de taxas... Que, além de receber um percentual do Executivo, ainda recebe de taxas. Aí fica fácil fazer o dever de casa.

O Deputado Carlos Avallone fez uma fala aqui, logo cedo, sobre um gestor que, no passado, visionário, já buscava construção de rodovias aqui no Estado de Mato Grosso, valorização dos servidores públicos. Talvez nesse passado, há 50 anos, 60 anos, 80 anos, os gestores já reconheciam a importância do servidor público para evolução do Estado.

O Governo do Estado, pagando o salário dos servidores agora nesta semana... Ele divulgou o seguinte... Em matéria do próprio site do Governo do Estado, diz o seguinte: “Recursos injetados na economia de Mato Grosso, 464 milhões e 930 mil e 141 reais e 99 centavos”.

O servidor público do Estado de Mato Grosso injetou na economia do Estado de Mato Grosso, segundo o próprio Governo do Estado, agora, neste mês, no dia 10, hoje, 464 milhões. O Governo do Estado já deve mais de 10% de recomposição inflacionária, significa dizer que o Governo do Estado retirou do comércio do Estado de Mato Grosso, aproximadamente, 46 milhões, que era recurso, que era direito do servidor público, que gasta seu salário no comércio local.

O servidor público não investe nas Ilhas Cayman, o servidor público... Dificilmente tem algum que tenha recurso suficiente para ir comprar apartamento na Av. Paulista. O dinheiro pago do salário do servidor público mal dá para pagar parcela da sua residência, a prestação do seu carro, fazer a compra do mês, quiçá pagar um plano de saúde.

Mas, aqui no Estado de Mato Grosso, o Estado de Mato Grosso, ou Governo de Mato Grosso retirou do comércio aqui do Estado de Mato Grosso, só este mês, mais de 46 milhões de reais, mais de 46 milhões de reais.

Estava conversando aqui, agora há pouco, com um colega Parlamentar, e nós vamos também começar a trabalhar, conversar com os comerciantes do Estado de Mato Grosso. O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

comércio sai perdendo, nós temos municípios pequenos aqui no Estado de Mato Grosso que praticamente sobrevivem dos servidores públicos civis, federais e estaduais.

Nós temos um município do Estado de Mato Grosso que vivia da mineração e que já não tem mais a mineração, a pecuária, é muito pouco o investimento de pecuária daquela região e que não tem as planícies que outros municípios têm para a plantação de soja.

As políticas aqui no Estado... Durante aproximadamente 30 anos, isso é histórico, investiu-se em determinada região do Estado, em determinado segmento financeiro do Estado, e deixou de lado outras regiões como Alto Paraguai, como Poxoréu, regiões que viviam do garimpo, que viviam da mineração, mas que não tiveram fomento para o desenvolvimento econômico.

Então, em regiões como essas, precisa fomentar novas culturas, e também precisa dos recursos pagos pelos salários do funcionalismo público. O Governo do Estado, quando paga um salário do servidor público, não está fazendo beneficência, ele não está sendo caridoso, ele está apenas pagando por serviços prestados à sociedade.

Então, o que nos causa muita revolta aqui é vermos projetos como esses aí, eu admito mea-culpa, com relação à aprovação desse projeto; porque, quando o Deputado Wilson, aliás, estavam, na Ordem do Dia, dois projetos do Deputado Wilson, que restringiam a concessão de novos incentivos fiscais, e eu me empolguei tanto com a defesa desses dois projetos e acabei me ausentando do plenário na hora da votação, e também não observei que, no meio do projeto da VI do Tribunal de Contas, tinha ali um jabuti vindo do Governo do Estado, do Executivo, para criar a VI para os secretários e adjuntos.

Agora, eu vou mais além, por que o Governo do Estado também não colocou ali a verba indenizatória, por exemplo, para os diretores de cadeia? O agente da Polícia Penal, em início de carreira, ganha 3.080 reais. Se ele for diretor da Penitenciária Central, ele vai ganhar mais 1.800 reais de DGA; 3.800 reais, com os descontos, vai cair para menos de 3 mil reais.

Para esse servidor, que é ameaçado, que tem que morar em condomínio fechado, que, muitas vezes, não tem condição de pagar pela casa no condomínio fechado, esse servidor não tem verba indenizatória.

O fiscal do INDEA, que tem que se deslocar do município dele para ir para barreira sanitária, na divisa do Estado, às vezes, recebe uma diária, e vem sair depois de 30 dias que ele fez essa diária. Às vezes, ele não recebe, não tem esse VI.

Então, eu acho interessante sim, é justo o pagamento dessa verba indenizatória para servidores que estiverem nessa condição. Agora, não é justo que beneficiemos um grupo, enquanto está sacrificando o outro, e é o que aconteceu, é o que aconteceu.

Eu fiz um requerimento e apresentei, nesta noite, para que o Tribunal de Contas nos apresente quais são os penduricalhos que são concedidos a esses profissionais do Tribunal de Contas, que ainda vão ter direito à verba indenizatória.

Nós aqui, Parlamentares, não estamos isentos de fazer a discussão da verba indenizatória. Agora, não acho correto. Se o Estado vem a público e diz: “Nós não vamos conceder RGA, não vamos garantir pagamento da Lei nº 510, que é o direito à dobra do poder de compra do salário dos profissionais da educação, vamos suspender os reajustes que estão em leis anteriores à iniciativa deste governo...”.

Já peço mais dois minutos para concluir, senhor Presidente.

Então, se o Governo vem aqui e suspende os direitos à recomposição desses servidores, então eu não vejo razão pela qual o Governo do Estado consegue aprovar aqui, dentro da Assembleia Legislativa, a criação de verba indenizatória para secretário de primeiro e segundo escalão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Eu sou solidário e estou aqui à disposição para vir fazer a defesa nesta tribuna, e pode lotar de servidores as galerias aqui da Assembleia. Eu vou estar aqui fazendo a defesa, que tem que ter, sim, verba indenizatória para secretário, secretário adjunto, superintendente, mas que isso seja estendido também para outros que se sacrificam, também, para manter a máquina pública do Estado de Mato Grosso.

Agora, essa rasteira não pode passar batida. Por isso, novamente, Presidente, eu ingressei com a ação na Justiça, e vamos pedir a suspensão dos efeitos dessa legislação para que seja mais bem discutida.

E o Governo do Estado chame o funcionalismo público, e não é olhar só para o servidor, mas para o comércio também, como eu falei aqui no início da minha fala. São mais de 46 milhões que o Governo do Estado deixou de injetar no comércio do Estado de Mato Grosso quando ele retira o direito à recomposição inflacionária dos servidores aqui do Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

O Sr. Xuxu Dal Molin – Dá-me um aparte, Deputado Joãozinho? Só reiterar o que você falou.

O SR. PRESIDENTE (DELEGADO CLAUDINEI) – Um minuto para o Deputado Xuxu Dal Molin concluir.

O SR. XUXU DAL MOLIN – Presidente, eu apoio isonomia entre os Poderes. Desde o primeiro dia que estou aqui, estou cobrando de todos os Poderes uma reforma administrativa; e, inclusive, encaminhamos para todas as entidades se envolverem junto com o observatório social para ajudar a fazer a reforma, buscar alternativas de complementação da Previdência. Tudo nós temos que trabalhar.

Agora não podemos tratar um diferente do outro. Inclusive, eu sou parceiro de assinar esse requerimento se puder ainda, tá! Eu tenho essa ligação, essa única linha de trabalho, isonomia. A população não está mais aguentando do jeito que está o Estado, o arrocho que está aí, e nós aumentando, como foi aumentado o duodécimo dos Poderes no início deste ano. Eu sou contra, votei... Agora quando é para todo mundo, conte comigo, tá!

Um abraço a todos, uma ótima noite.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (DELEGADO CLAUDINEI) – Não havendo mais inscritos, declaro encerrada a presente Sessão e convoco todos os Deputados para a Sessão Ordinária de amanhã, a partir das 8h da manhã. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

Obrigado.

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTESENHORES DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. GIMENEZ, NININHO, PAULO ARAÚJO, SILVIO FÁVERO, ROMOALDO JÚNIOR, SEBASTIÃO REZENDE, XUXU DAL MOLIN, ULYSSES MORAES, WILSON SANTOS E CARLOS AVALONE; BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: DELEGADO CLAUDINEI, JANAINA RIVA, ELIZEU NASCIMENTO, JOÃO BATISTA, VALDIR BARRANCO E LÚDIO CABRAL; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: FAISSAL E MAX RUSSI. DEIXARAM DE COMPARECER OS SEGUINTESENHORES DEPUTADOS: DR. JOÃO – CONFORME MEMORANDO Nº 42/2020 –, THIAGO SILVA, VALMIR MORETTO – CONFORME MEMORANDO Nº 42/2020 – E DR. EUGÊNIO.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.

Revisada por:

- Célia de Almeida Pestana;
- Solange Aparecida Barros Pereira.

SSL
Secretaria de Serviços Legislativos



ALMT
Assembleia Legislativa